



17^a

**PLENÁRIA
JOÃO BATISTA GOMES,
JOÃOZINHO**

GUT

NOVOS TEMPOS, NOVOS DESAFIOS

14 A 16 DE OUTUBRO DE 2025

TEXTO BASE

GUT[®]
BRASIL

CENTRAL ÚNICA DOS TRABALHADORES



Sumário

APRESENTAÇÃO	3
CONJUNTURA	6
Conjuntura Internacional	6
Conjuntura Nacional	13
ESTRATÉGIA	22
EIXOS ESTRUTURANTES	28
Eixo 1 - Fortalecimento do Sindicalismo Cutista. Valorização da Negociação Coletiva e Atualização da Organização Sindical.	28
Eixo 2 - Protagonismo da CUT na Reconstrução e Transformação do Brasil, da Democracia, dos Direitos e da Soberania.	34
Eixo 3 - Intervenção da CUT na Reconstrução do Desenvolvimento Econômico Sustentável e Combate à Desigualdade	39
PLANO DE LUTAS	46



APRESENTAÇÃO

Dante do atual contexto da luta de classes na sociedade, das mudanças no mundo do trabalho e dos desafios estruturantes para avançarmos no fortalecimento do sindicalismo cutista e na atualização da organização sindical brasileira, bem como contribuir para a defesa da Democracia e para a reconstrução e transformação do Brasil, apresentamos o texto base para a **17ª PLENÁRIA NACIONAL DA CUT - JOÃO BATISTA GOMES (JOÃOZINHO)** com o lema **NOVOS TEMPOS, NOVOS DESAFIOS**. Tendo como base esse texto base, convocamos todas as entidades sindicais filiadas à CUT a transformarem o ano de 2025 em um intenso processo de trabalho de base com ações de formação, organização, comunicação e mobilização em todos os espaços de atuação da Central, fortalecendo o compromisso histórico da CUT em defesa do povo brasileiro.

Vivemos um momento histórico muito particular de definições sobre o futuro da classe trabalhadora, com quem queremos debater e refletir esse momento e qual projeto de sociedade queremos construir nesse novo caminhar. O momento atual aponta para a necessidade de um projeto para a classe trabalhadora que ofereça esperança e solidariedade como alternativa ao projeto de destruição da vida e de direitos do modelo capitalista, que tem como motor de sua reprodução a exploração do trabalho e aumento do lucro privado.

A 17ª Plenária Nacional da CUT tem por objetivo atualizar a estratégia política e organizativa da Central, considerando a conjuntura e a realidade atual da classe trabalhadora. As assembleias de base, as Plenárias Estaduais e as reuniões dos Ramos são etapas que deverão dialogar e acumular a compreensão sobre os temas propostos pela 17ª Plenária, e sobretudo, apontar os passos a serem dados para a construção do sindicalismo do futuro partindo do território onde se atua. Na Plenária Nacional, a partir dos resultados do intenso diálogo em todos os estados e Ramos, devemos nos posicionar coletivamente por uma estratégia e um plano de lutas e ações coerentes com nossos objetivos históricos e imediatos. Em todas essas etapas, poderão ser apresentadas contribuições e ajustes ao texto base seguindo as orientações da



17ª PLENÁRIA JOÃO BATISTA GOMES (JOÃOZINHO)

Coordenação Nacional da 17ª Plenária Nacional da CUT. Além disso, em todo esse processo convidamos toda a militância da CUT a refletir sobre duas questões centrais para o momento atual e para os próximos anos: ***Quais são os principais problemas enfrentados pelos sindicatos atualmente e como devem ser os sindicatos no futuro?*** Os resultados dessa Plenária devem comunicar à sociedade o compromisso da CUT com a classe trabalhadora e com os rumos do país.

O ano de 2025 deve ser o ano de um intenso processo de trabalho de base e de diálogo com cada sindicato, federação e confederação filiada à CUT, com os Comitês de Luta e as Brigadas Digitais, bem como com trabalhadores e trabalhadoras do Brasil. A 17ª Plenária Nacional da CUT deve se constituir como um intenso e rico processo de preparação da nossa militância para construir diariamente nosso projeto de país em defesa da classe trabalhadora e por trabalho decente.

Nesse sentido, convocamos todas e todos à leitura deste texto base e à participação compromissada e animada na 17ª Plenária Nacional da CUT - João Batista Gomes, visitando locais de trabalho, sindicatos, territórios e realizando um conjunto de ações articuladas que sejam capazes de nos permitir acumular forças para avançarmos no fortalecimento do sindicalismo cutista e contribuirmos para a transformação da sociedade que sonhamos.

Boa leitura, bons debates e boa construção do sindicalismo do futuro!

Coordenação Nacional da 17ª Plenária Nacional da CUT
João Batista Gomes (Joãozinho)

Sergio Nobre - **Presidente**

Juvandia Moreira - **Vice-presidenta**

Renato Zulato - **Secretário-geral e coordenador geral da 17ª Plenária**

Ariovaldo de Camargo - **Secretário de Administração e Finanças**

Antônio Lisboa - **Secretário de Relações Internacionais**



Valeir Ertle - ***Secretário de Assuntos Jurídicos***

Maria Faria - ***Secretária de Comunicação***

José Celestino Lourenço - ***Secretário de Cultura***

Rosane Bertotti - ***Secretária de Formação***

Cristiana Paiva - ***Secretária de Juventude***

Sergio Antiqueira - ***Secretário de Relações de Trabalho***

Amanda Gomes Corcino - ***Secretária da Mulher Trabalhadora***

Josivania Ribeiro Cruz Souza - ***Secretária de Saúde do Trabalhador***

Rosalina do Socorro Ferreira Amorim - ***Secretária de Meio Ambiente***

Milton Rezende - ***Secretário de Mobilização e Relação com Movimentos Sociais***

Jandyra Uehara - ***Secretária de Políticas Sociais e Direitos Humanos***

Maria Julia Reis Nogueira - ***Secretária de Combate ao Racismo***

Maria das Graças Costa - ***Secretária de Organização e Política Sindical***

Walmir Siqueira - ***Secretário LGBTQIA+***

Ari Aloraldo do Nascimento - ***Secretário das Pessoas Aposentadas, Pensionistas e Idosas***

Admirson Medeiros Ferro Junior - ***Secretário de Economia Solidária***

Wagner Menezes - ***Secretário de Transportes e Logística***

Elida Miranda - ***Secretária Adjunta de Saúde do Trabalhador***

Renê Munaro - ***Diretor Executivo***

Sidineiva Lima - ***Diretora Executiva***



CONJUNTURA

Conjuntura Internacional

1. Em outubro de 2023, durante a realização do 14º CONCUT - Congresso Nacional da CUT, iniciava-se a ofensiva de Israel contra o povo palestino em Gaza. Na ocasião, organizamos um grande ato de solidariedade ao povo palestino - que contou com representantes da Federação Árabe Palestina do Brasil (FEPAL) - e reafirmou a histórica posição da CUT em defesa do direito do povo palestino à autodeterminação e à construção de seu Estado. A CUT condenou os ataques de 08 de outubro e exigiu, desde então, o fim dos bombardeios israelenses e um cessar-fogo imediato. Infelizmente, a operação de destruição da Faixa de Gaza - que se estendeu à Cisjordânia - persiste até hoje, já tendo deixado mais de 50 mil mortos, em sua maioria mulheres e crianças.
2. No entanto, longe de ser um caso isolado, o genocídio em Gaza é uma das expressões mais brutais de um sistema internacional em profunda desordem. Desde 2008, o mundo atravessa uma série de crises e transformações profundas nos modos de produção e acumulação do capital. O colapso financeiro global daquele ano escancarou as contradições do sistema neoliberal e evidenciou a falência do modelo de capitalismo desregulamentado que vinha se consolidando desde os anos 1990.
3. Cerca de uma década depois, a pandemia de COVID-19 expôs ainda mais essas limitações. Além da grave crise sanitária provocar a morte de milhões de pessoas, a pandemia revelou a fragilidade das cadeias globais de produção - gerando inflação persistente - e cobrou um preço caro pelo sucateamento histórico dos serviços públicos.
4. O PIB mundial, segundo o Banco Mundial, cresceu 3,2% em 2022, 2,7% em 2023 e 2024, o que demonstra haver uma estagnação na economia mundial. Isso se reflete no mercado de trabalho em que a taxa de desemprego mundial é de 5% (dados da OIT). O trabalho informal e os subempregos voltaram a níveis pré-pandêmicos. Jovens e mulheres são as pessoas mais afetadas pela falta de emprego que atinge 402 milhões de pessoas no mundo. Na América Latina, relatório da CEPAL indica que



66 milhões de pessoas viviam em pobreza extrema nos países latino-americanos. O mundo surgido pós-pandemia aprofundou ainda mais as desigualdades entre os países.

- 5.** A crise climática, por sua vez, é uma realidade brutal que expõe os limites ecológicos, econômicos e morais de um capitalismo em acelerado processo de autodestruição do planeta. Em 2024, o mundo registrou as maiores temperaturas já documentadas. A média global ficou 1,55°C acima dos níveis pré-industriais, ultrapassando o limite de 1,5°C estabelecido no Acordo de Paris em 2015 - um ponto de inflexão que evidencia a insuficiência das atuais medidas de enfrentamento das mudanças climáticas e a urgência de uma transição justa para uma economia de baixo carbono.
- 6.** Na sequência dessas crises, a guerra na Ucrânia - que já dura mais de três anos - é uma expressão brutal do uso da guerra como instrumento capitalista em disputas geopolíticas e econômicas. O conflito, de múltiplas causas e consequências, evidencia a deterioração das relações entre, de um lado, Estados Unidos e Europa, e, de outro, Rússia e envolve interesses estratégicos em torno de territórios, energia e mercados.
- 7.** Como em todo conflito armado, os impactos mais perversos recaem sobre trabalhadores e trabalhadoras, mulheres, crianças e minorias étnico-raciais. Em ambos os casos, a CUT vem reafirmando sua histórica e firme posição de "Não à Guerra", defesa da paz e da soberania dos povos, condenando o uso da força, a violência contra civis e a subordinação da vida humana a interesses geopolíticos - guerras que não interessam a nenhum povo, tampouco à classe trabalhadora mundial.
- 8.** Esse cenário não apenas resulta das contradições do capitalismo, como também vêm reconfigurando sua lógica em escala global. A conjuntura atual combina financeirização da economia, automação, digitalização dos processos produtivos, plataformação do trabalho e avanço acelerado da inteligência artificial. Além disso, a desregulamentação de direitos trabalhistas, previdenciários e sindicais, o sucateamento dos serviços públicos e o avanço do desemprego estrutural impõem à classe trabalhadora - em toda a sua diversidade: mulheres, jovens, negros, população LGBTQIA+, povos indígenas e comunidades tradicionais, pessoas com



17ª PLENÁRIA JOÃO BATISTA GOMES (JOÃOZINHO)

deficiência, migrantes e refugiados, entre outros - uma corrosão generalizada das condições de vida: baixos salários, informalidade, fome, miséria e desigualdade.

- 9.** Segundo a Oxfam, em 2024, os bilionários aumentaram suas fortunas em US\$ 2 trilhões - os 1% mais ricos do mundo concentram 45% da riqueza global, enquanto 3,6 bilhões de pessoas vivem com menos de US\$ 6,85 por dia, o mesmo índice de pobreza de 1990.
- 10.** Esse cenário de múltiplas crises é atravessado por uma disputa geopolítica cada vez mais intensa entre Estados Unidos e China - elemento central e definidor da atual ordem internacional. Essa rivalidade, que se expressa nas esferas econômica, tecnológica, diplomática e militar, vem se intensificando desde a crescente capacidade da China de desafiar a hegemonia imperialista estadunidense.
- 11.** Apesar de uma desaceleração moderada, iniciada ainda na década passada, a China cresceu 5% em 2024 e respondeu por cerca de 30% do crescimento econômico mundial. Suas parcerias no Sul Global têm se expandido por meio de investimentos estratégicos, cooperação tecnológica e projetos de infraestrutura, além do protagonismo em áreas como energia renovável, tecnologia 6G e inteligência artificial - especialmente por meio da Iniciativa Cinturão e Rota.
- 12.** Por sua vez, os Estados Unidos buscaram responder ao protagonismo da China dando início, ainda no primeiro mandato de Donald Trump, a uma guerra comercial por meio da imposição de sobretaxas sobre diversos bens de origem chinesa. O governo de Joe Biden não apenas manteve essas medidas, como também as ampliou em setores estratégicos - no entanto, essa disputa ganha novos e dramáticos contornos com o retorno de Trump ao poder.
- 13.** A reeleição de Donald Trump em 2024 não representa apenas o retorno de uma liderança autoritária, mas a consolidação de uma nova etapa da crise do capitalismo global, marcada pela ascensão de um movimento internacional de extrema-direita - expressão que, cada vez mais, funciona como um mero eufemismo para o avanço de um projeto abertamente “neofascista”.
- 14.** Dessa forma, Trump é o principal expoente de uma articulação internacional de governos e forças políticas autoritárias, negacionistas, racistas e antissindicais,



uma espécie de “Internacional Neofascista”. Ainda que não se trate da instauração clássica de regimes fascistas, isso se deve mais à incapacidade - ao menos até aqui - dessas forças políticas de implementarem integralmente o seu programa, do que a qualquer sinal de moderação. A vitória trumpista resultou de uma combinação entre insegurança econômica, frustração popular com promessas não cumpridas, discurso antissistêmico, desinformação e mobilização digital massiva - além de um discurso misógino que tem mobilizado especialmente homens jovens, ao mesmo tempo em que as mulheres vão se consolidando como uma das vanguardas da resistência ao “neofascismo”. Ao mesmo tempo, esse movimento reacionário global se fortalece diante da incapacidade de grande parte da esquerda mundial em apresentar um novo projeto de desenvolvimento que melhore, de forma concreta, a vida da classe trabalhadora.

15. Desde sua volta à presidência, Trump vem aprofundando esse projeto autoritário. No plano interno, o desmonte do Estado, especialmente nas áreas sociais, tornou-se o eixo central do seu novo mandato. Intensificou a perseguição à população migrante, revogando o status legal temporário de mais de 500 mil pessoas e ampliando os casos de deportações sumárias, sem qualquer acesso à assistência jurídica - agravando o clima de medo e de vulnerabilidade nas comunidades migrantes. Também impôs severas restrições à população trans e desmantelou políticas públicas de diversidade, atacando frontalmente direitos civis e conquistas históricas da comunidade LGBTQIA+. As mulheres, a população negra, os latinos, os povos indígenas e outras comunidades historicamente marginalizadas passaram a enfrentar retrocessos legais e discursos de ódio institucionalizados.

16. Trump também acelerou o controle privado da informação e aprofundou a captura do Estado por interesses corporativos, ao nomear figuras como Elon Musk para cargos estratégicos. A capitulação pública dos principais magnatas das *big techs* - como o fundador da Amazon, Jeff Bezos; o CEO da Meta, Mark Zuckerberg; o líder da Apple, Tim Cook; e o diretor do Google, Sundar Pichai - escancarou a adesão das grandes plataformas digitais ao projeto autoritário, tornando ainda mais urgente a regulamentação democrática das redes sociais.



17ª PLENÁRIA JOÃO BATISTA GOMES (JOÃOZINHO)

- 17.** No plano externo, Trump saiu do Acordo de Paris e da Organização Mundial da Saúde (OMS), atacou publicamente os BRICS, cortou a cooperação internacional e recolocou Cuba na infame lista dos países que patrocinam o terrorismo - além de ampliar o bloqueio econômico à Venezuela.
- 18.** Trump também iniciou uma nova escalada protecionista - ampliando ainda mais o esvaziamento da Organização Mundial do Comércio (OMS) - com tarifas inicialmente aplicadas sobre produtos da China, Canadá e México, além da adoção de uma tarifa de 25% sobre as importações de aço e alumínio provenientes de diversos países, incluindo o Brasil. O ápice desse processo foi o tarifaço do dia 02 de abril - uma ofensiva comercial unilateral dos Estados Unidos contra mais de 180 países - que estabeleceu uma tarifa mínima de 10% sobre todas as importações, com alíquotas ainda mais elevadas para a China, que chegou a ser sobretaxada em até 245%. Enfrentando as retaliações imediatas da China - além de ameaças semelhantes de outros países e blocos - e sob fortes pressões políticas e econômicas, com os mercados financeiros acumulando perdas expressivas, Trump recuou e suspendeu temporariamente, por 90 dias, as tarifas superiores a 10% para a maioria dos países, com exceção da China. No entanto, mesmo diante desse recuo - que, dada a errática política de Trump, poderá ou não ser permanente - o tarifaço segue provocando instabilidade global e aprofundando a desconfiança quanto ao papel dos Estados Unidos no sistema multilateral.
- 19.** Recorrer a tarifas comerciais como instrumento de chantagem geopolítica, combinada a posturas hostis contra aliados históricos - incluindo pressões comerciais e territoriais sobre o Panamá, a retomada do discurso sobre anexar a Groenlândia e a inacreditável declaração de que o Canadá deveria se tornar o 51º estado dos Estados Unidos - tem agravado tensões diplomáticas e impactado profundamente as cadeias produtivas globais, provocando sérios desequilíbrios econômicos. Esse ambiente de instabilidade tende a intensificar crises sociais em diferentes regiões do mundo - inclusive nos próprios Estados Unidos, onde cresce a mobilização dos servidores públicos contra a política de desmonte do Estado promovida pela nova administração, que conta com figuras, como Elon Musk, em posições estratégicas.



- 20.** A mudança de governo nos Estados Unidos também provocou uma inflexão profunda em relação à guerra na Ucrânia. Ao contrário da administração Biden, que apoiava Kiev em uma espécie de guerra por procuração contra a Rússia, Trump passou a defender abertamente um acordo - mesmo que à custa de concessões territoriais por parte da Ucrânia. Nas primeiras semanas de seu novo mandato, iniciou negociações diretas com Vladimir Putin, sem a participação do presidente ucraniano, Volodymyr Zelensky, ou dos seus aliados europeus da OTAN.
- 21.** Essa iniciativa, no entanto, não expressa um compromisso genuíno com a paz, mas sim uma manobra estratégica para deslocar o foco da presença militar dos Estados Unidos da Europa para a Ásia, no contexto do aprofundamento da disputa por hegemonia com a China. Prova disso é que, no Oriente Médio, o governo Netanyahu, com o entusiasmado apoio de Trump - dando continuidade ao respaldo estadunidense iniciado ainda no governo Biden - segue promovendo o massacre e a limpeza étnica do povo palestino, além de realizar incursões militares no Líbano e na Síria. Essas ações têm provocado mobilizações populares em todo o mundo - inclusive dentro do próprio Estado de Israel - pelo fim da guerra. O mundo tornou-se mais violento e instável.
- 22.** A guinada de Trump deixou a Europa desorientada. Acostumados a operar sob o guarda-chuva político, militar e econômico dos Estados Unidos, os países europeus se viram sem uma estratégia unificada para reagir ao novo cenário. A dependência da OTAN e a ausência de um projeto autônomo de política externa escancararam a fragilidade da União Europeia diante da nova ordem mundial. Como primeira reação, os países do bloco - até então comprometidos com políticas de austeridade que, há anos, enfraquecem seus Estados de Bem-Estar Social - anunciaram um plano para investir mais de 800 bilhões de euros em defesa. Dando início a uma corrida armamentista no continente, que deverá drenar recursos públicos para o setor militar em detrimento de investimentos sociais - evidenciando que o discurso da austeridade sempre foi, antes de tudo, uma escolha política.
- 23.** Trump tem escancarado os interesses dos Estados Unidos de forma nua e crua - buscando reconfigurar a ordem econômica internacional em benefício exclusivo do imperialismo estadunidense e das elites bilionárias que o sustentam politicamente.



A exposição pública a que foram submetidos mandatários europeus, como Volodymyr Zelensky, Emmanuel Macron e o premiê britânico Keir Starmer, deixou evidente o desmonte dos acordos de Bretton Woods e do pacto ocidental forjado no pós-guerra - um esforço que, apesar de todas as suas limitações, tinha como um dos seus objetivos evitar que a ameaça nazifascista se repetisse. Paradoxalmente, ao desprezar o multilateralismo e apostar em demonstrações unilaterais de força, o governo estadunidense torna ainda mais evidente a perda de hegemonia dos Estados Unidos no cenário internacional.

24. Nesse contexto de erosão do velho centro de gravidade da política internacional, a emergência de novos polos de poder ganha ainda mais tração e legitimidade. Destaca-se a ampliação dos BRICS, que em 2024 incorporou países como Egito, Irã, Etiópia, Emirados Árabes Unidos e Arábia Saudita, expandindo significativamente sua presença geopolítica na Ásia, África e Oriente Médio. Com isso, o bloco passou a representar cerca de 46% da população mundial e mais de 35% do PIB global. A consolidação do Novo Banco de Desenvolvimento (NDB) - atualmente sob a liderança da ex-presidenta Dilma Rousseff, em seu segundo mandato à frente da instituição - e o avanço de acordos comerciais em moedas locais desafiam diretamente a hegemonia do dólar e o sistema financeiro global moldado e liderado pelos interesses das potências ocidentais.

25. Ao mesmo tempo, a Ásia-Pacífico segue como motor da economia global, liderada por China, Índia, Indonésia e Vietnã, com crescimento superior à média mundial. A África, por sua vez, desponta como um continente-chave para o futuro das cadeias produtivas e da transição energética, mas exige uma cooperação que rompa com a lógica colonial, e que se baseie no respeito à soberania, na solidariedade e no desenvolvimento compartilhado.

26. Para o Brasil e a América Latina, esse redesenho geopolítico abre novas possibilidades. No entanto, essas oportunidades, emergem em meio a um contexto regional profundamente tensionado. De um lado, avança a extrema-direita fascista, como no caso do governo Milei na Argentina, marcado pelo desmonte do Estado, ataques a direitos sociais e subserviência aos interesses dos EUA, em prejuízo da integração latino-americana. Do outro lado, temos o impulso de uma nova



onda progressista, com destaque para países como Brasil, México - que elegeu a sua primeira presidente e que mantém governos com índices expressivos de popularidade - Colômbia, Chile, Bolívia e Uruguai. Nesse contexto de tensões, é ainda mais fundamental a revitalização de mecanismos de integração regional, tais como a CELAC, a UNASUL e o MERCOSUL.

- 27.** A política externa do governo Lula voltou a apostar no multilateralismo, na integração regional e na valorização do Sul Global como eixos estruturantes da inserção internacional brasileira. Em 2024, a realização da Cúpula do G20 no Rio de Janeiro, a proposta da Aliança Global contra a Fome e a Pobreza e do inédito G20 Social evidenciaram o esforço do governo em articular temas como justiça fiscal, combate à fome e transição justa a partir de uma perspectiva democrática e popular.
- 28.** Ainda na esteira desse reposicionamento global, o Brasil se prepara para abrigar a Cúpula dos BRICS - ocasião em que o bloco deverá aprofundar o debate sobre sua expansão e o fortalecimento de alternativas financeiras ao dólar. Por fim, encerrando esse ciclo, o país também irá sediar a COP 30, em Belém, colocando a Amazônia no centro das discussões climáticas e reafirmando seu compromisso com uma transição justa, a soberania dos povos do Sul Global e os interesses da classe trabalhadora internacional.

Conjuntura Nacional

- 29.** A eleição de Lula em 2022 se deu por uma estreita margem de votos e a partir de um amplo arco de alianças envolvendo forças políticas de esquerda, tradicionais apoiadores, e de centro-direita, aqueles que deixaram de ver Bolsonaro como alternativa de poder. Este arco de alianças foi contemplado na composição dos ministérios, tendo sido reservado maior espaço para os partidos de esquerda no Planalto e na Esplanada dos Ministérios, rearticulados com o objetivo de reestruturar o Estado e as políticas públicas desmanteladas no governo anterior. O movimento sindical teve um papel expressivo nas eleições, divulgando entre os candidatos e as candidatas a Pauta da Classe Trabalhadora. O Presidente Luís Inácio Lula da Silva prometeu dar centralidade ao tema trabalho no projeto de desenvolvimento a ser implementado no seu governo, invertendo prioridades tradicionais, ou seja,



colocar o pobre no orçamento e o rico no imposto de renda. Dois anos desde a posse de Lula, houve avanços em direção ao atendimento das demandas da classe trabalhadora, num contexto de correlação de forças nem sempre favorável, onde os embates e desafios têm sido difíceis.

30. O primeiro deles, e que repercute até os dias de hoje, foi a tentativa de golpe para impedir a posse do presidente eleito. O golpe em curso foi impedido, mas a sociedade continuou polarizada. A abordagem da tensa relação envolvendo as Forças Armadas, que teve setores envolvidos na aventura golpista, demandou a troca de comando e o debate sobre o seu papel constitucional, não cabendo a elas nenhum tipo de poder moderador, nem se envolver na política, disputando mandatos enquanto exercem funções militares. O enfrentamento com a extrema-direita continuou, com a prisão e julgamento dos militantes que vandalizaram as sedes dos três poderes no 8 de janeiro de 2023, com as denúncias de corrupção do ex-presidente Bolsonaro e com o aprofundamento das investigações sobre o golpe, envolvendo o próprio Bolsonaro, generais e pessoas que exerciam funções de relevância no seu governo. As investigações revelaram uma articulação para impedir a posse do presidente Lula, incluindo o seu assassinato, o assassinato do vice-presidente Geraldo Alckmin e do ministro do Supremo Tribunal Federal Alexandre de Moraes. A Procuradoria Geral da República apresentou e o Supremo acatou a denúncia envolvendo os golpistas. O julgamento deve se estender até o final de 2025.

31. O processo levou a extrema-direita a perder apoio entre os militares, o agronegócio e partidos do “centrão”. Apesar do revés, continua mobilizada nas redes sociais, apresentando os golpistas como vítimas da ação autoritária do Supremo Tribunal Federal. Pressiona no Congresso Nacional pelo andamento do projeto de anistia, ao mesmo tempo em que organiza manifestações, que não têm tido o alcance desejado, para sensibilizar a sociedade. Enquanto se discute a possibilidade de reduzir a pena para as pessoas envolvidas no 8 de janeiro de 2023, Bolsonaro afirma que só interessa a anistia irrestrita, aquela que abranja o comando da organização criminosa que tramou o golpe. Segundo pesquisas de opinião, mais de 70% da sociedade é contrária à anistia aos golpistas. Ainda ressoa nas praças e ruas a palavra de ordem: Sem Anistia! A CUT engrossa as fileiras das forças populares que



exigem a punição dos culpados pela trama golpista, uma das principais lutas em defesa da Democracia.

32. O atual Congresso Nacional é um dos mais conservadores da nossa história recente, com maioria de partidos da direita e da extrema-direita, situação que dificulta a aprovação de projetos do governo e o encaminhamento de projetos de interesse da classe trabalhadora. Para assegurar a governabilidade e compor maioria, o governo incorporou partidos do “Centrão” na composição dos ministérios.

33. Abrigadas no “Centrão”, as forças de centro-direita se ancoraram em dois pontos fundamentais para dar continuidade ao processo de vínculo político com o governo Lula, independentemente de seu viés ideológico: ocupar espaço no aparelho do Estado para exercer influência, acessar recursos e abrigar a clientela; e utilizar recursos das emendas parlamentares para regar bases eleitorais nos municípios, ampliar a o número de correligionários e de votos para se reelegerem. Esse sistema político, conhecido por “neocoronelismo”, por reproduzir com engenhosidade o padrão de relações de poder dos coronéis da República Velha, ganhou força no governo Bolsonaro, quando as emendas parlamentares foram amplamente usadas, em valores crescentes e protegidas sob o manto do “orçamento secreto”, para aprovar projetos, nova versão do “toma lá, dou cá”. Esse sistema contribuiu para a ampla vitória eleitoral dos partidos da direita e da extrema-direita nas eleições municipais de 2024.

34. Os dois mecanismos - ocupação de espaços no aparelho de Estado e apropriação crescente de verbas do orçamento público para fortalecer e ampliar relações de poder no território - ressignificaram o presidencialismo de coalisão, sistema em que o presidente, por não deter maioria no Congresso, compõe alianças políticas para governar. Ao se apropriarem de verbas crescentes do orçamento sob a forma de emendas, os partidos do “centrão” diminuíram a dependência em relação ao poder executivo, inverteram os papéis ao decidirem onde e como aplicar recursos orçamentários, atribuição formal do Presidente da República, e passaram a condicionar a liberação de emendas para aprovar projetos.

35. Essa foi a situação encontrada pelo presidente Lula no início do governo, atenuada pela decisão do Supremo Tribunal Federal de definir como inconstitucionais as



emendas do “orçamento secreto”. Escândalos de corrupção levaram o STF a suspender o repasse das emendas e condicionar-las a critérios republicanos de transparência e rastreabilidade, assegurando ao poder executivo um pouco mais de força na queda de braços com o Congresso Nacional.

36. As negociações e arranjos políticos para a recente eleição dos presidentes das duas casas no Parlamento (Câmara e Senado) não mudou substancialmente esse quadro. No entanto, as mudanças feitas no governo mostram que o presidente Lula decidiu reforçar a articulação com o Congresso, não estando descartada uma reforma mais ampla nos ministérios. O quadro mostra, de imediato, a importância da CUT continuar organizada e pressionando os parlamentares pela aprovação de projetos de interesse da classe trabalhadora e, no médio prazo, investir na mobilização de suas bases para ampliar o número de representantes dos trabalhadores e das trabalhadoras no Parlamento.

37. A CUT apostou durante a campanha eleitoral de 2022 e continua defendendo um projeto de desenvolvimento inclusivo, focado na transição justa rumo a economia de baixo carbono, que assegure a democratização do acesso à terra, que elimine as desigualdades, gere empregos de qualidade, garanta a segurança alimentar e melhore as condições de saúde, de moradia, de segurança e de educação da população. Houve avanços significativos nessa direção, mas ainda estamos longe do projeto que queremos para o Brasil e para a classe trabalhadora. Precisamos aprofundar o debate dessas questões na Plenária Nacional, procurando identificar os principais entraves à construção desse projeto.

38. A economia continua sendo o principal esteio e o principal desafio do governo federal. O crescimento tem sido significativo, se comparado com países desenvolvidos e em desenvolvimento. As divisas internacionais (moedas estrangeiras utilizadas em transações financeiras e comerciais entre países) continuam sólidas. A taxa de desemprego atingiu o índice mais baixo da história recente. No entanto, parte significativa da classe trabalhadora sobrevive no mercado informal de trabalho e de forma precária. Houve melhor redistribuição de renda, através da política de valorização do salário mínimo e de programas de transferência de renda, e mais proteção social através de políticas públicas. A inflação está sob relativo controle,



mas a elevação dos preços dos alimentos acima da média da inflação gera uma percepção oposta, principalmente nos setores mais pobres da população.

39. O início do governo Lula foi marcado por forte pressão do mercado por equilíbrio fiscal, apontado como condição e garantia da estabilidade econômica; além disso, havia a necessidade de superar os limites impostos pelo Teto de Gastos Públicos aprovado pelo Governo Temer que penalizava áreas importantes para o povo como saúde e educação, por exemplo. A resposta recente foi dada com o projeto de novo padrão fiscal, que limitou substancialmente a capacidade de investimento em políticas públicas e em infraestrutura. Na sequência, o governo conseguiu aprovar a primeira etapa da reforma tributária, focada no consumo, um marco histórico. Tem o desafio de aprovar a segunda etapa, visando a renda e numa perspectiva progressiva, tributando mais os setores de renda mais alta e isentando aqueles que ganham até 5 mil reais por mês. Nesse campo, a nossa disputa é para que o povo esteja no orçamento público.

40. Apesar dos dados positivos, o governo continuou sendo cobrado pelo mercado, apontando os gastos com políticas sociais como responsáveis pelo desequilíbrio fiscal, o aumento da dívida pública e a alta da inflação como fatores de risco para uma crise anunciada. As propostas de elevação da receita, feitas pelo governo e defendidas pelo movimento sindical - fim de isenções fiscais, cobrança de dívidas das empresas, cortes de privilégios - foram sistematicamente rejeitadas pelo Congresso Nacional, sob pressão dos empresários e de setores organizados da sociedade. O mercado continuou a pressão, usando como instrumento a escalada do dólar, e exigindo o aumento da taxa de juros e ainda se mantém pressionando por mais cortes dos gastos públicos, pleiteando nova reforma da previdência, reforma administrativa e privatização de empresas estatais.

41. O Copom - Conselho de Política Monetária, do Banco Central, ao ceder à pressão do mercado e elevar a taxa Selic, acaba alimentando um padrão perverso de transferência de renda para o capital financeiro e setores rentistas da sociedade. Recursos do orçamento público, que deveriam ser aplicados pelo Estado em áreas estratégicas e em políticas públicas, são destinados para o pagamento da dívida pública, cujo valor salta a cada índice percentual a mais de aumento da taxa



Selic. Como a CUT tem denunciado, o processo impede o investimento em áreas fundamentais para o desenvolvimento do país e favorece, como nunca, os setores rentistas. Taxas exorbitantes de juros também são usadas para transferir renda de setores endividados da sociedade para o capital financeiro.

- 42.** Na campanha eleitoral, Lula apontou o desafio de inverter o modelo em que setores das classes dominantes deixam de contribuir ou abocanham a maior parte do fundo público que deveria ser usado para o desenvolvimento do país. Este continua sendo o maior desafio do governo federal e dos setores progressistas da sociedade. A concentração de renda é o principal conflito de interesses no Brasil. A CUT considera inaceitável este modelo perverso de desenvolvimento que concentra renda, aumenta as desigualdades, limita a capacidade de investimento. O governo federal se vê obrigado a reduzir seus efeitos mais perversos - fome, miséria - com políticas sociais. É fundamental superar este modelo. O tema deverá ser um dos principais objetos de debate e reflexão em todas as etapas da 17ª Plenária Nacional da CUT.
- 43.** Apesar das dificuldades apontadas, e depois de dois anos de governo, demandas do movimento sindical têm sido em grande parte atendidas: o país registrou em 2024 a menor taxa de desemprego dos últimos 12 anos; o salário mínimo voltou a crescer acima da inflação; o Bolsa Família protege mais de 20 milhões de lares todo mês; o programa Mais Médicos dobrou, atinge 4,5 mil municípios e atende 64 milhões de pessoas; o Farmácia Popular foi ampliado; houve recorde de cirurgias eletivas no SUS; a entrega de ambulâncias do SAMU aumentou cinco vezes; o Brasil saiu da lista de mais crianças não vacinadas no mundo, segundo a Unicef; o programa Pé de Meia favorece 4 milhões de jovens no ensino médio; um milhão de estudantes permanecem na escola em tempo integral; bolsas de estudo para o ensino superior foram reajustadas depois de 10 anos; através do Novo PAC, universidades federais, institutos federais e hospitais universitários foram reformados; com apoio do programa Nova Indústria Brasil, o setor cresceu 3,3% em 2024 e gerou cerca de 200 mil empregos formais; o Minha Casa Minha Vida contratou mais de 1,2 milhão de moradia em dois anos; 10 milhões de contribuintes com renda até 2 SM ficaram isentos do Imposto de Renda.



44. A disputa pelo orçamento público e a ação articulada da extrema-direita nas redes sociais e nas ruas podem contribuir para entender o motivo de o governo federal, mesmo apresentando boas medidas políticas, econômicas e sociais para o povo e para o país, tenha tido redução na taxa de aprovação nos três primeiros meses de 2024. Parte da explicação pode estar relacionada à guerra da comunicação travada nas redes sociais e nas ruas, uma vez que agora não se trata apenas do controle desigual de recursos tecnológicos para disputar narrativas, mas de articular a ação de grandes grupos econômicos e políticos para influenciar os sistemas democráticos em todo o mundo.

45. A sociedade continua dividida e na sua base cresce a influência de grupos religiosos difusores de valores conservadores. A ascensão dos meios digitais, que a extrema direita tem usado com maior intensidade, coincide com um momento de reorganização e de mudanças dos movimentos populares que vem encontrando dificuldades em combinar ações de mobilização das bases e de disputa institucional nesse novo cenário mais complexo. Os partidos de esquerda, irrigados pelo fundo partidário, passam a ser controlados pelos mandatos e priorizam a questão eleitoral, na mesma medida em que secundarizam a ação direta com as massas e a organização na base.

46. A extrema-direita estigmatiza a esquerda como “integrante do sistema”, conceito vago para caracterizar a política como mal a ser combatido, ao mesmo tempo em que atua nas redes sociais como um partido digital, sem hierarquia e dialogando diretamente com as pessoas comuns, sobretudo disseminando notícias falsas sobre o governo federal, ódio à esquerda e valores tradicionais. Estabelece, dessa forma, uma aliança e uma estratégia eleitoral muito efetiva com partidos de direita e da extrema-direita.

47. O movimento sindical aponta ainda outros desafios em relação ao projeto de desenvolvimento que propõe para o país, na perspectiva dos interesses da classe trabalhadora. A segurança continua sendo uma das principais preocupações da população. O crime organizado amplia a ramificação no território nacional e a articulação no plano internacional. Onde já se encontra enraizado, infiltra-se nas instituições de segurança, no judiciário e estrutura sofisticadas de lavagem



de dinheiro. A população pobre fica no fogo cruzado entre criminosos e forças policiais, cuja ação tem provocado um número alarmante de mortes, especialmente entre jovens negros.

48. A CUT considera oportuna a proposta apresentada pelo governo federal de uma política nacional de segurança pública. O projeto de emenda constitucional altera a Constituição para que o governo federal tenha mais funções no combate ao crime. Institui uma Política Nacional de Segurança Pública, abrangendo inclusive o sistema penitenciário. Na proposta, caberá à União definir as diretrizes de combate ao crime e coordenar o Sistema Único da Segurança Pública, que existe desde 2018, mas ainda sem coordenação definida. A PEC coloca na Constituição dois fundos vigentes - Segurança Pública e Penitenciário - e os protege de bloqueios. Em síntese, estamos finalmente diante de uma proposta sistêmica que cria, pela primeira vez, condições para se enfrentar a questão da segurança no País. Cabe à sociedade organizada fazer o debate e pressionar o Congresso Nacional para sua aprovação.

49. A questão climática se mantém no topo das preocupações. O governo Lula teve atuação importante nos fóruns internacionais, recuperando a credibilidade do Brasil ao fazer a defesa da Amazônia e cobrar a responsabilidade dos países em relação aos compromissos assumidos no Acordo de Paris. No entanto, a elevação inédita da temperatura global - não se trata mais de aquecimento, mas de ebulação - e eventos climáticos extremos em várias partes do mundo e no território nacional, como as inundações no Rio Grande do Sul, a seca na Amazônia e os incêndios que consumiram vastas áreas do território nacional, colocam questões fundamentais para a COP30, a ser realizada em Belém, no estado do Pará, em novembro.

50. O evento ganha ainda mais relevância internacional depois da retirada dos Estados Unidos do Acordo de Paris. A exploração da Margem Equatorial da foz do Rio Amazonas coloca em lados opostos àqueles que defendem o investimento da Petrobras e setores que consideram a proposta contraditória com os objetivos estratégicos de reduzir a produção de gás carbono, que está levando o planeta a uma rota sem retorno de aquecimento. Os setores que defendem a exploração alegam que o País precisa encontrar novas reservas para repor a produção extraída dos poços em camadas de pré-sal da Bacia Fluminense, com data para acabar. A



produção na nova fronteira, estimada em 30 bilhões de barris, deverá assegurar o abastecimento do mercado interno e recursos para promover o desenvolvimento regional, impulsionar políticas públicas e financiar a transição para a economia de baixo carbono.

51. A luta histórica da CUT pela redução da jornada de trabalho sem redução de salário ganhou ainda mais força com o recente debate na sociedade pelo fim da escala de trabalho semanal de 6x1 e abriu uma possibilidade importante de retomar o debate sobre os direitos retirados com a reforma trabalhista e Lei da Terceirização. Reduzir jornada sem reduzir salários é possível e já foi conquistado por algumas categorias por meio da negociação coletiva. O crescimento e o desenvolvimento do país somente serão possíveis com distribuição de renda, com políticas permanentes de proteção social e de valorização do salário mínimo, com redução da jornada de trabalho sem redução de salários e com o povo brasileiro no orçamento público.

52. Lidar com este quadro envolve arranjos complexos visando a governabilidade e pavimentar o caminho para as eleições de 2026, considerando os resultados desfavoráveis das eleições municipais, a necessidade imperiosa de promover o crescimento, manter a inflação sob controle e fazer chegar à população resultados ainda mais palpáveis das políticas públicas.

53. Coerente com sua trajetória de lutas em defesa dos interesses da classe trabalhadora, a CUT continuará demandando do governo Lula a continuidade na implementação do projeto de desenvolvimento defendido nas eleições de 2022, capaz de empolgar a sociedade e recolocar a esperança no horizonte da população brasileira. A CUT aproveitará a jornada que leva até a 17ª Plenária Nacional para mobilizar a classe trabalhadora, do campo, da cidade, dos rios e das florestas em um intenso debate sobre o tipo de sociedade que interessa à classe trabalhadora. Temos um papel a cumprir no combate ao projeto autoritário de sociedade proposto pelas forças de direita e de extrema-direita. Temos uma luta histórica sem trégua na defesa e reconquista dos direitos, da Democracia e do desenvolvimento apoiado na centralidade do trabalho, contrário à concentração de renda. Em síntese, 2025 prepara 2026 e essa é a nossa história, lutar sempre!



ESTRATÉGIA

54. Em sintonia com sua avaliação da atual conjuntura internacional, e mantendo como princípio a defesa dos interesses e das reivindicações da classe trabalhadora, a CUT seguirá fortalecendo sua atuação em instâncias orgânicas do movimento sindical internacional - como a CSI (Confederação Sindical Internacional), a CSA (Confederação dos Trabalhadores e Trabalhadoras das Américas), sindicatos globais, a Coordenadora de Centrais Sindicais do Cone Sul (CCSCS) e o Fórum Sindical Pan-Amazônico - bem como em redes sindicais e de organizações progressistas; organismos multilaterais e nos grupos de trabalhadores(as) dos países membros do G20, da OCDE e na Comissão Sociolaboral do Mercosul. Aqui, merece destaque o caso dos BRICs Sindical, fórum cada vez mais estratégico para fortalecer os interesses dos trabalhadores/as do Sul Global e avançar em uma ordem internacional mais justa e multipolar.

55. Em todos esses espaços, a CUT tem como eixo fundamental de sua atuação internacional a defesa de que as questões do mundo do trabalho estejam no centro das discussões e deliberações dos organismos multilaterais. É o que fizemos, por exemplo, no âmbito do G20 Social - iniciativa inédita de participação social introduzida, em 2024, pela presidência brasileira do G20 - e como seguiremos fazendo nas Conferências das Partes (COP), cuja próxima edição, a COP30, acontecerá em Belém - uma das grandes prioridades da CUT no segundo semestre deste ano.

56. A CUT, em coordenação com o movimento sindical internacional, vai atuar para que a COP30 seja marcada por uma expressiva participação popular - tanto nos espaços oficiais quanto na “Cúpula dos Povos” - e por avanços significativos no financiamento para o enfrentamento das mudanças climáticas. Também defenderemos que as resoluções da conferência reconheçam o papel chave dos sindicatos na transição justa - especialmente no “Programa de Trabalho de Transição Justa dos Emirados Árabes Unidos”, aprovado em 2023, durante a COP 28, e que ainda carece de mecanismos de implementação.



57. Já a atuação da CUT na CSI e na CSA - espaços fundamentais do movimento sindical internacional - parte do entendimento de que, diante das transformações e crises da ordem mundial, nossas entidades sindicais internacionais devem ser polos autônomos e propositivos de resistência e incidência global. Para tanto, é fundamental que sejam independentes de interesses geopolíticos e que tenham capacidade de articular respostas aos desafios que enfrentam a classe trabalhadora em todo o mundo - construindo coalizões com movimentos sociais, além de desenvolver instrumentos permanentes de comunicação e mobilização dos trabalhadores e trabalhadoras. Nossa atuação internacional também parte do reconhecimento da diversidade da classe trabalhadora e da importância fundamental das lutas protagonizadas por mulheres, jovens, população negra, povos indígenas e comunidades tradicionais, população LGBTQIA+, pessoas com deficiência, idosas, migrantes e refugiados.

58. No âmbito da Organização Internacional do Trabalho (OIT), outra frente de nossa intervenção internacional, a CUT atua em temas como as discussões sobre novas normas internacionais do trabalho para a economia de plataforma, a transição do trabalho informal para o formal, o monitoramento do cumprimento das normas internacionais do trabalho e na defesa da manutenção do direito de greve como um dos direitos fundamentais da organização - além de integrar a “Coalizão Global para Justiça Social”. Também seguimos lutando pela ratificação, no Congresso Nacional, das Convenções 190 (sobre assédio e violência no trabalho) e 156 (sobre igualdade de oportunidades e de tratamento para homens e mulheres), assim como pela regulamentação da Convenção 151 (sobre o direito de sindicalização, negociação coletiva e relações de trabalho na administração pública).

59. Diante da organização transnacional do capital e das cadeias globais de produção, a CUT seguirá atuando frente às multinacionais, defendendo tanto a importância da celebração de acordos marco globais quanto a adoção de um tratado vinculante sobre empresas e direitos humanos. Da mesma forma, reafirmamos a importância dos projetos de cooperação que temos desenvolvido, ao longo da nossa história, com centrais sindicais de diversos países - experiências exitosas de solidariedade sindical e de intercâmbio entre a classe trabalhadora internacional.



- 60.** No atual cenário, também destacamos a atuação da CUT, por meio da Coordenadora das Centrais Sindicais do Cone Sul (CCSCS), em parceria com a Confederação Europeia de Sindicatos (CES), na oposição ao Acordo União Europeia/Mercosul. Condenamos, sobretudo, a ausência de mecanismos vinculantes e de controle em casos de violação de direitos e normas internacionais do trabalho, bem como o acordo ignorar aspectos como a preservação dos empregos, a diversificação produtiva e o desenvolvimento sustentável.
- 61.** Por fim, diante desta conjuntura, a CUT reafirma seu compromisso com a autodeterminação dos povos, a solidariedade internacional da classe trabalhadora, a paz, a Democracia e os direitos humanos. Da mesma forma, em articulação com nossos aliados internacionais, seguiremos denunciando a exploração do capital, promovendo a integração regional, a cooperação Sul-Sul e uma governança global mais democrática e equilibrada.
- 62.** A vitória das forças democrático-populares nas eleições de 2022 foi uma inflexão na história recente do Brasil. Foi a derrota nas urnas do projeto autoritário que vinha sendo gestado no País, de desmonte do Estado e das políticas públicas, de destruição de direitos e de retrocesso civilizatório, de ameaça às instituições democráticas e disseminação do ódio a adversários, de precarização do trabalho, aumento das desigualdades e concentração de renda.
- 63.** O presidente Lula tomou posse num cenário de radicalização política dividindo a sociedade brasileira. Derrotada a tentativa de golpe, as instituições democráticas foram preservadas e os golpistas estão sendo levados a julgamento. Apesar dos reveses, a extrema-direita continua sendo uma ameaça à Democracia. A CUT deve se somar aos setores democráticos da sociedade, particularmente às forças populares, no acompanhamento ao processo de julgamento dos golpistas, mantendo-se vigilante ao apelo das ruas: Sem Anistia! Deve igualmente combater o projeto autoritário da extrema-direita através da formação e da mobilização, fortalecendo os Comitês de Luta e as Brigadas Sindicais, além da sua atuação nas ações convocadas pelas Frentes Brasil Popular e Povo Sem Medo.
- 64.** É necessário enfrentar de forma mais efetiva o modelo de desenvolvimento que concentra renda, precariza o trabalho e amplia as desigualdades. Este é o principal



conflito de interesses da sociedade brasileira. Cabe à CUT ampliar e tornar mais eficaz a luta contra as taxas abusivas de juros, assim como continuar pressionando pela aprovação do sistema tributário progressivo. Neste quadro, é fundamental a defesa do projeto que taxa dividendos, grandes fortunas e heranças, e isenta de tributação quem tem renda de até cinco mil reais por mês.

65. A sociedade de direitos, do ponto de vista da classe trabalhadora, não foi plenamente restaurada, cabendo à CUT a continuidade da luta pela recuperação dos direitos retirados com a reforma trabalhista e reforma previdenciária, impedir que mais direitos sejam solapados e ampliar a conquista de direitos. Ganha importância a campanha pela redução da jornada, sem redução de salário. É inaceitável que trabalhadores e trabalhadoras continuem submetidos a formas precárias de trabalho ou permaneçam na informalidade sem nenhum direito. A reforma trabalhista teve como objetivo desorganizar os sindicatos, desestruturar suas bases de sustentação financeira e os impedir de atuar em defesa dos trabalhadores e trabalhadoras. É fundamental reverter este quadro.

66. A CUT aprovou no último CONCUT o projeto para fortalecer a negociação coletiva, efetuada por sindicatos mais representativos, reorganizados a partir de princípios democráticos e com capacidade de sustentação financeira. Considerando as transformações em curso no mundo do trabalho, a CUT também aprovou a proposta de organizar os trabalhadores e trabalhadoras no território, promovendo laços de solidariedade e de identidade de classe. Recuperar a capacidade de organização, de mobilização e de financiamento é condição para o movimento sindical continuar atuando em defesa dos interesses imediatos da classe trabalhadora, da Democracia e do desenvolvimento inclusivo e sustentável.

67. Em síntese, cabe à CUT ao longo do processo que leva à 17ª Plenária Nacional, aprofundar o debate sobre sua estratégia de ação para os próximos dois anos. Ela passa pelo debate de propostas concretas para retirar do papel as resoluções aprovadas na 16ª Plenária e no 14º CONCUT. Passa igualmente pela articulação da luta institucional - pressão sobre o executivo, legislativo e judiciário - com campanhas de mobilização que coloquem a classe trabalhadora novamente nas ruas. E o fará intervindo nos três eixos de ação estratégica aprovados no último CONCUT e que



continuam atuais. Caberá à política de formação preparar os dirigentes para esses embates e à política de comunicação ampliar o diálogo com a base da Central e com o povo brasileiro.

68. E o fará intervindo nos três eixos de ação estratégica aprovados no 14º CONCUT, que continuam atuais:

69. Eixo 1 - O fortalecimento do sindicalismo cutista, sustentado por princípios democráticos de organização e de representatividade, pela livre escolha de formas de agregação que fortaleçam processos mais abrangentes de negociação coletiva e promovam a autossustentação financeira, e por um processo de transição da situação atual para aquela que queremos construir no próximo período. A leitura das transformações em curso no mundo do trabalho, impulsionadas por inovações tecnológicas, e das novas formas de organização do trabalho delas decorrentes, continuam desafiando a organização e a ação sindical. O combate à precarização do trabalho demanda a organização dos trabalhadores e trabalhadoras no território. Os resultados desses processos condicionam a possibilidade de intervenção do sindicalismo cutista nos outros eixos estratégicos de ação, ao mesmo tempo em que sofrem o seu impacto: o fortalecimento da Democracia e o desenvolvimento sustentável.

70. Eixo 2 - A defesa da Democracia ainda se impõe como uma das principais questões da sociedade brasileira, considerando a importância de continuar combatendo a extrema-direita e seu projeto político autoritário e regressivo em relação a direitos humanos fundamentais, movido pela campanha de ódio às forças de esquerda. O acompanhamento do julgamento dos principais personagens que tramaram o golpe de Estado para impedir a posse do presidente Lula continua sendo uma prioridade, assim como a campanha contra a anistia dos golpistas. O sindicalismo cutista deve continuar intervindo neste campo, estreitando relações com as Centrais Sindicais e os movimentos populares em ações de mobilização. Não haverá Democracia no Brasil enquanto existir tutela militar sobre a sociedade civil, enquanto existir a tortura e as polícias militares tiverem licença para matar. A CUT deve continuar fortalecendo a organização popular, através da criação dos Comitês de Luta, e investir na continuidade de uma linha de formação, organização



e comunicação, dinamizada pelas Brigadas Digitais, visando ampliar a luta contra o ideário da extrema direita, contra a discriminação de mulheres, negros e imigrantes nas relações de trabalho, contra a violência doméstica, contra a discriminação de gênero e raça e o feminicídio, contra o extermínio da população negra e pobres nas periferias, pela ampliação de direitos humanos fundamentais e pela democratização das políticas públicas. Também devemos intensificar o combate e denúncia de células nazistas e a luta pelo fim da militarização das escolas públicas.

71. Eixo 3 - O desenvolvimento sustentável constitui o terceiro eixo estratégico de intervenção do movimento sindical cutista nos dois anos que restam da atual direção. A CUT deve priorizar ações em defesa da ampliação da proteção social, do combate à fome, à pobreza, ao trabalho informal e à precarização do trabalho. Da mesma forma e com igual vigor, deverá continuar demandando do Estado a continuidade da política de valorização do salário mínimo, o desenvolvimento de políticas de proteção ao emprego, de valorização dos servidores públicos, de geração de empregos de qualidade, de ampliação de moradias para os trabalhadores(as), de mais investimento na rede pública de saúde e de educação, de fortalecimento da agricultura familiar, de defesa do meio ambiente, da transição justa e promoção de uma economia sustentável na Amazônia. A CUT continuará defendendo e apoiando iniciativas do governo federal que visem a retomada do crescimento, o fortalecimento da indústria, o investimento em ciência, tecnologia e por transição energética justa como fatores de dinamização e de sustentação de um novo ciclo de desenvolvimento e, ao mesmo tempo, denunciará as medidas que caracterizem ataques aos direitos da classe trabalhadora, exigindo nenhum direito a menos.



EIXOS ESTRUTURANTES

Eixo 1 - Fortalecimento do Sindicalismo Cutista. Valorização da Negociação Coletiva e Atualização da Organização Sindical.

72. Fortalecer e ampliar a estrutura política organizativa da CUT é um desafio permanente e, por isso, um eixo central nos debates realizados nas plenárias e nos congressos da Central. Isso, porém, exige de nós um esforço constante para compreender as transformações do mundo do trabalho, seus impactos sobre as condições de vida da classe trabalhadora e os obstáculos e desafios que interpõem à sua organização e à luta por direitos e dignidade. Nesse texto, não retornaremos às deliberações do 14º CONCUT, mas partiremos delas para atualizar esses desafios e as estratégias nele definidas.

Revisitando as transformações no mundo do trabalho

73. As mudanças na organização da produção avançam em ritmo acelerado em todo o mundo e exigem do movimento sindical um processo de análise e definição de estratégia que é atropelado pela velocidade com que essas mudanças vêm acontecendo. Estamos sendo obrigadas a trocar o pneu com o carro em movimento!

74. Essa aceleração do processo reflete a crise atual do capitalismo. O neoliberalismo, cujo eixo principal de acumulação gira em torno do mercado financeiro desregulamentado em detrimento da produção e da plataformização do trabalho, avança com voracidade na destruição dos direitos trabalhistas e dos sistemas públicos de proteção social, elevando de forma assustadora os índices de desigualdade social. A pobreza extrema, que antes era presente nos países da periferia do capitalismo, hoje atinge os países centrais. Guardadas as particularidades que marcam o mercado de trabalho nesses países e o que sobrou da estrutura do estado de bem-estar social em alguns, também neles a precarização avança rapidamente.

75. No Brasil, a precarização avança e provoca mudanças no perfil da classe trabalhadora. Porém, desde a eleição do presidente Lula, há mudanças consideráveis na economia que trazem alento e novos horizontes para o povo trabalhador. A economia vem se



fortalecendo com taxas de crescimento superando as expectativas, com redução do desemprego a níveis de quase pleno emprego e aumento da renda do trabalho. Porém, não escapamos à tendência global de avanço da precarização e a reforma trabalhista ainda continua a produzir efeitos negativos.

- 76.** A plataformização do trabalho se consolida como tendência em todas as áreas. A pandemia do COVID19 acelerou esse processo na medida em que impôs a necessidade de isolamento e obrigou trabalhadores e empregadores a utilizarem as novas tecnologias para se manterem trabalhando. Aos demais, coube o desemprego, a fome ou a exposição à morte.
- 77.** O movimento sindical e os especialistas do mundo do trabalho se debruçam sobre essas mudanças buscando compreender o que se desenha para o futuro da classe trabalhadora. Nesse cenário, se articulam novas estratégias de organização para fazer frente ao desmonte dos direitos e ao aumento da exploração.
- 78.** O que sabemos é que essa realidade exige maior organização e resistência dos trabalhadores e trabalhadoras. Por outro lado, as quedas nos índices de sindicalização são expressivas. É importante considerar que elas sofrem o impacto da informalidade, do avanço dos contratos atípicos, da pejotização, da terceirização e da plataformização que retiram do guarda-chuva da proteção sindical um número a cada dia maior de trabalhadores e trabalhadoras. Porém, é necessário reconhecer que cresce uma resistência, especialmente da juventude trabalhadora, à organização sindical.
- 79.** É importante compreender que os sentidos do trabalho e da organização coletiva estão em disputa. A flexibilidade e a autonomia têm sido contrapostas pelos próprios trabalhadores ao trabalho formal e à organização coletiva. Trabalhadores e trabalhadoras fazem coro com o discurso corporativo contra o contrato de trabalho, contra o limite de jornada, embora com objetivos diferentes: enquanto os empregadores querem reduzir custos e aumentar a exploração, os trabalhadores e trabalhadoras querem fugir das experiências negativas de assédio, precarização, baixos salários e exploração que também caracterizam o trabalho formal. Nessa disputa, quem perde é a classe trabalhadora que, na busca por flexibilidade, se vê submetida a uma exploração sem limites legais.



- 80.** Nesse sentido, é importante que a CUT faça uma análise mais profunda sobre dois fenômenos recentes que mobilizaram a classe trabalhadora para avançar na definição das estratégias de organização e política sindical. O primeiro, a luta pela redução da jornada sem redução de salário e fim da escala 6 X 1. O segundo fenômeno foi a resistência dos trabalhadores e trabalhadoras à proposta construída na mesa de regulamentação do trabalho dos motoristas de aplicativo no âmbito do Ministério do Trabalho.
- 81.** A luta pelo fim da escala 6 X 1 não é um tema recente, mas cresceu impulsionada pelo movimento que começou com vídeos nas redes sociais nos quais jovens trabalhadores/as manifestavam os impactos da escala 6 X 1 sobre sua qualidade de vida e sobre sua saúde mental, conseguindo enorme engajamento na sociedade.
- 82.** O Ministério do Trabalho e Emprego, a pedido do presidente Lula, montou um grupo de trabalho tripartite para construir uma proposta de regulamentação do trabalho de aplicativo. Depois de meses de discussão, foi produzida uma proposta e apresentada ao presidente Lula para envio ao Congresso Nacional. Essa proposta, porém, encontrou resistência entre os próprios trabalhadores. O debate cresceu nas redes sociais de tal forma que comprometeu a própria tramitação do projeto.
- 83.** Nos dois casos, tanto entre os que estão submetidos à escala 6X1, quanto entre os trabalhadores e trabalhadoras de aplicativos, como os motoristas, trata-se, em sua maioria, de condições de trabalho precarizadas. Para avançar no diálogo, na organização e na luta por trabalho decente para todos e todas, é necessário compreender os movimentos que hoje mobilizam a classe trabalhadora.
- 84.** A classe trabalhadora não suporta mais o peso das jornadas extenuantes, submetidas a ritmos acelerados, cobrança por mais produtividade, assédio moral e sexual. Os níveis de adoecimento físico e mental são alarmantes e exigem uma ação contundente da CUT. É preciso garantir uma jornada de trabalho saudável, que dê aos trabalhadores e trabalhadoras condições de desenvolvimento integral com tempo para cuidar da saúde, da família, estudo, lazer, vida social.
- 85.** Diante disso, a atualização das estratégias de ação sindical tem papel central na luta contra o avanço da precarização do trabalho. A CUT vem investindo



nesse debate nos seus últimos congressos e plenárias, definindo prioridades e atualizando seu planejamento. Esse movimento deve ser constante e o mais democrático e abrangente possível, tendo como objetivo fortalecer e ampliar a base de representação CUTista para avançar na luta por melhores condições de vida e de trabalho para os trabalhadores e trabalhadoras brasileiros.

Trabalhadores e trabalhadoras que estão cobertos pelo trabalho formal.

86. Porém, é importante considerar que também os trabalhadores/as que estão na formalidade enfrentam um processo acelerado de precarização diante do desmonte da legislação trabalhista e da redução de direitos. A reforma trabalhista de 2017 deixou como herança um leque de novas formas de contratação com o objetivo de flexibilizar as relações de trabalho, reduzir custos e aumentar os ganhos para os empregadores. O resultado foi o aumento da informalidade e da insegurança laboral. O trabalho formal hoje não é mais garantia contra a precarização.

87. Nesse sentido, devemos definir estratégias de fortalecimento da organização sindical e da negociação coletiva para os trabalhadores e trabalhadoras que estão na formalidade, cobertos pela legislação trabalhista, com direitos constitucionais e cobertura sindical:

- a) Construção de processos de negociação coletiva abrangentes que unifiquem pautas e datas-bases e fortaleçam o poder de negociação das entidades. O princípio de agregação deve orientar tanto o fortalecimento da organização sindical, garantindo entidades com representatividade mais abrangente, quanto a negociação coletiva, garantindo maior poder à representação dos trabalhadores e trabalhadoras para negociar. Para tanto, é urgente avançar na organização e na negociação por ramo de atividade e macrossetor, no setor privado e no serviço público.
- b) Aumento da densidade sindical através da ampliação da base de representação e da sindicalização com a inclusão de setores da classe trabalhadora excluídos da organização sindical e com a ampliação dos índices de sindicalização dos sindicatos CUTistas. Para tanto, é necessário retomar e/ou intensificar as



campanhas de sindicalização e de filiação, tudo isso com o objetivo de aumento da representatividade.

- c) Fortalecimento da Democracia sindical CUTista como princípio orientador da organização e funcionamento dos sindicatos. Isso inclui a liberdade de expressão, a participação nas decisões, a transparência nos processos eleitorais e na gestão de recursos. Diante disso, é urgente o fortalecimento das instâncias de participação da Central, aperfeiçoando os mecanismos e processos de consulta e decisão, garantindo ampla participação das estruturas da CUT em seus diversos níveis. Ampliação os espaços de inserção das minorias, a partir de mudanças estatutárias e culturais para possibilitar uma crescente participação de mulheres, negros, jovens, LGBTQIA+ e pessoas com deficiência. Como formas dos sindicatos se tornarem mais representativos da diversidade da classe trabalhadora a participação de forma mais ativa e propositiva nos Coletivos Estaduais e Nacionais da CUT se faz imprescindível.
- d) Após a aprovação do STF sobre a cobrança de taxas negociais dos não sindicalizados, muitos sindicatos têm cobrado, por ocasião da celebração dos Acordos e Convenções Coletivas, o que tem propiciado um caminho para a autossustentação financeira. No entanto, a contribuição para a CUT tem se restringido à porcentagem sobre a arrecadação oriunda das Contribuições Associativas (mensalidade sindical). Para tal, faz-se necessário que a contribuição seja realizada sobre todas as formas de arrecadação, contribuições Associativas/ Sindicais (mensalidades), Assistenciais, Taxas Negociais e das diversas formas de captação de recursos, como forma de fortalecer a estrutura e a luta da Central em defesa da classe trabalhadora.
- e) O instrumento da autorregulação interna surge como o instrumento essencial para a prática de Democracia e autonomia interna, bem como de todas as propostas para que seja um espaço de resolução de conflitos entre nossas entidades filiadas bem como nos processos de pedidos de filiação e desfiliação que chegam com muita frequência. Para tal a CUT deve implantar de imediato seu sistema de Autorregulação Interna.



f) Processo de Transição: todas as propostas anteriores e suas implantações independem de legislação, mas somente da vontade política das entidades filiadas à nossa Central, sendo importante este passo sempre respeitando-se o tempo de cada entidade no processo de transição e ajustes de seus estatutos.

Trabalhadores e trabalhadoras que estão na informalidade.

88. Devemos, ao mesmo tempo, avançar em uma postura proativa em direção aos trabalhadores e trabalhadoras que estão na informalidade e são os mais expostos à precarização, porque não têm direitos trabalhistas garantidos, não têm garantido o direito à negociação coletiva e à organização sindical. Para essa parcela crescente da classe trabalhadora, a luta contra exploração é muito mais difícil e o apoio da CUT é determinante:

- a) Inserção dos sindicatos e de estaduais e subsedes da CUT na dinâmica social e política dos territórios, como espaços de referência para a luta, a organização, a intervenção e manifestação dos movimentos sociais e culturais na comunidade. Portanto, intensificar a ação da CUT nos Territórios.
- b) Apoio e suporte político à organização dos trabalhadores e trabalhadoras que estão na informalidade e que trabalham com aplicativos e plataformas digitais com estratégias organizativas que respeitem e fortaleçam as formas de auto-organização que esses trabalhadores vêm construindo. Para tanto, a CUT deve buscar acolher e incorporar as organizações existentes à sua estrutura vertical e horizontal.
- c) Avançar nas propostas sobre a regulação do trabalho por aplicativo para garantir direitos básicos: jornada máxima, piso salarial, assistência à saúde, cobertura previdenciária, direito à desconexão, limite do percentual cobrado pela empresa a cada corrida, proteção de dados e direito à organização sindical, promovendo um amplo diálogo e participação dos coletivos, sindicatos e associações já existente e dos próprios trabalhadores nas discussões, definição de estratégias de luta e negociação.



Eixo 2 - Protagonismo da CUT na Reconstrução e Transformação do Brasil, da Democracia, dos Direitos e da Soberania.

A defesa da Democracia

- 89.** A Central Única dos Trabalhadores e Trabalhadoras, fundada em 1983 em um contexto de luta contra a ditadura militar instaurada no país desde 1964, nasceu com o propósito de defesa ampla e irrestrita da Democracia, dos direitos e da soberania nacional. Para a CUT, Democracia é um país sem desigualdades, sem disparidades sociais e de renda, onde os direitos fundamentais estejam garantidos e novos sejam estabelecidos como ampliação das fronteiras da cidadania. A luta por igualdade é a luta e a defesa pelos direitos humanos. Coerentes com os princípios de sua origem, o sindicalismo cutista deve manter seu protagonismo no fortalecimento constante da Democracia e ampliação dos direitos através de sindicatos fortes e representativos, cumprindo assim seu papel como ator político fundamental, agindo desde o local de trabalho, nas negociações coletivas, até as lutas gerais da sociedade.
- 90.** A defesa da Democracia, do Estado de Direitos, ainda se impõe como um dos grandes desafios da nossa sociedade, vivemos um cenário de avanço da extrema-direita, de forças conservadoras, que exige de nós atenção permanente diante de ataques constantes, a exemplo disso, a tentativa de golpe sofrida em 8 de janeiro de 2023, na intenção de impedir a posse do presidente Lula. A CUT continua intransigente contra qualquer forma de anistia para os golpistas e exige que todos os responsáveis, incluindo financiadores e planejadores dos ataques, civis e militares sejam identificados e responsabilizados pelos seus crimes.
- 91.** Neste ano, o golpe militar de 1964 completou 61 anos; sempre é bom lembrar que este golpe foi dado contra a classe trabalhadora, que diversos direitos foram retirados e violados durante o período de exceção. A redemocratização deve ser efetiva em sua plenitude e para isso deve romper com o fio autoritário da tutela militar, e a supressão do artigo 142 da Constituição Federal se faz urgente. Defender a Democracia passa por uma intensificação no processo de Verdade, Memória, Justiça e Reparação. A CUT luta para que o Estado Brasileiro acelere os processos de anistia dos trabalhadores e trabalhadoras que foram vítimas da ditadura militar,



além de fazer um processo radical de reconhecimento das violações e de retratação com pedido de desculpas ao movimento sindical e os diversos sindicatos que sofreram intervenções.

92. Em 2026, ano de eleições para presidente, governadores, deputados e deputadas estaduais e federais, além de senadores e senadoras, a CUT deverá estar atenta e engajada para assegurar maior representação dos trabalhadores e trabalhadoras nos parlamentos estaduais e nacional, além de contribuir para a reeleição de um projeto político, social e econômico que atendam os anseios da classe trabalhadora. Nos resultados das últimas eleições municipais, realizadas em 2024, observamos um cenário de avanço da extrema-direita, além de um “recado” direto de insatisfação da população ao sistema de representação política, demonstrado pelos altos índices de abstenções retratados nas urnas. Esse será novamente um momento decisivo que exigirá de nós, classe trabalhadora, especial atenção e mobilização:

a) A CUT, seguindo sua trajetória histórica de disputar os rumos políticos e econômicos de nosso país, deve nessa 17ª Plenária Nacional, apontar e orientar uma ampla mobilização e organização de seus sindicatos para participar ativamente do processo eleitoral de 2026 defendendo o projeto de país que queremos para o povo brasileiro. Nossa empenho deve ser para que o Brasil siga sendo governado por um trabalhador comprometido com a classe trabalhadora; para que nos estados tenhamos governadores e governadoras que se alinhem com a construção de um país democrático; da mesma forma, que construam e/ou apoiem candidaturas de interesse dos trabalhadores e trabalhadoras, com o objetivo de constituir uma base forte de apoio no Congresso e Senado Federal. Além disso, como sempre a CUT tem feito, deverá construir e organizar em conjunto com os Sindicatos, Estaduais e Ramos a Plataforma da Classe Trabalhadora 2026 para apresentar à sociedade brasileira e firmar compromissos com as candidaturas do campo progressista em defesa da Democracia e direitos, além de fortalecer o diálogo com a população em relação ao processo eleitoral e como isso tem impactos para nossas vidas.

b) É histórica a luta da CUT em defesa não apenas dos direitos trabalhistas, mas de todos os direitos fundamentais, que têm nas políticas públicas um dos principais



instrumentos para a construção da igualdade. Essas devem ser formuladas e implementadas com ampla participação popular de forma a garantir vida digna a população de forma integral, com acesso à saúde, educação, formação profissional, trabalho decente, moradia, segurança, cultura, participação política, igualdade perante a lei e liberdade de expressão.

c) A CUT deve continuar sendo protagonista na transformação do Brasil, no combate às desigualdades através da elaboração e proposição de políticas estratégicas e estruturantes desenvolvidas por suas secretarias nacionais, tanto para as relações de trabalho como para as lutas gerais da sociedade. Nesse sentido, a 17ª Plenária Nacional deve se constituir em oportunidade de debate e proposições para que os sindicatos garantam locais de trabalho com saúde e segurança; a defesa do SUS; a igualdade salarial entre homens e mulheres; uma políticas de cuidados para todos e todas para promover a corresponsabilidade entre homens, mulheres e o Estado, função que hoje tem sido desproporcionalmente delegado às mulheres e de forma não remunerada; que intensifiquem as lutas antirracistas, as denúncias contra o genocídio da juventude negra, de pessoas LGBTQIA+, do feminicídio; a garantia do exercício pleno e equitativo dos direitos das pessoas com deficiência aos locais de trabalho; o cumprimento da lei de cotas, e a garantia de trabalho decente para a juventude.

Unidade de ação e mobilização popular

93. O cenário político brasileiro é marcado pelo avanço do conservadorismo representado pela extrema direita que busca constantemente a implementação do Estado Mínimo através do enfraquecimento e desvalorização do Estado como garantidor dos direitos fundamentais da classe trabalhadora. Nessa conjuntura é necessário que o movimento sindical estreite mais ainda sua relação com os movimentos sociais para construir pautas e mobilizações conjuntas que impeçam todo tipo de discriminação em relação aos grupos minorizados politicamente, as mulheres, negros e negras, pessoas com deficiência, LGBTQIA+, jovens, populações ribeirinhas, indígenas e quilombolas além de garantir a elaboração e acesso a todas as políticas públicas para reduzir as desigualdades:



- a) Com o objetivo de democratização do Estado e das políticas públicas para a classe trabalhadora a CUT e suas organizações estaduais atuarão nos diversos espaços de participação popular por meio de Conselhos, Fóruns, Mesas Tripartites, Conferências Nacionais de Políticas Públicas, retomados pelo Governo Lula. Neste ano serão realizadas ao todo 15 Conferências, contribuindo e disputando as elaborações das políticas emancipadoras e controle social, além de aprimorar sua organização para defender os interesses da classe trabalhadora no Congresso e nos Tribunais Superiores. Dentre as Conferências Nacionais, destaca-se a Conferência Nacional do Trabalho que exige a participação articulada de toda a Central nas suas etapas.
- b) As ações deverão ser articuladas no âmbito nacional aos territórios, possibilitando mobilização e participação popular, a exemplo disso, este ano será realizado o Plebiscito Popular pela Redução da Jornada de Trabalho e por Justiça Tributária organizada pelas Frentes Brasil Popular e Povo sem Medo, e necessitará que a CUT, em conjunto com os movimentos sociais, intensifique a mobilização junto à sua base e ao povo brasileiro.

Avançar na regulação do trabalho e direitos sociais

94. O Brasil vem se transformando e garantindo mais direitos sociais para a classe trabalhadora. O desemprego desde o ano de 2024 vem alcançando os menores índices da história do país, além de trazer uma elevação na renda média salarial.

95. A CUT mantém sua luta pela transformação do Brasil com Trabalho Decente, pressuposto capaz de garantir uma vida digna com respeito aos Direitos Humanos. A superação do trabalho informal, precário, das terceirizações irrestritas e a pejotização, que ainda se encontram muito presentes nas ocupações trabalhistas, devem estar na ordem do dia das lutas dos nossos sindicatos:

- a) Com isso, devemos intensificar nossos esforços para eliminar os marcos regressivos das reformas trabalhista e previdenciária, que tanto vem deteriorando os direitos da classe trabalhadora.
- b) Com o advento dos Novos Tempos e Novos Desafios, reafirmamos a luta histórica da CUT pela redução da jornada de trabalho sem redução de salários, além de



reafirmar que as lutas sindicais de várias categorias já conquistaram a redução por meio da negociação coletiva, instrumento fundamental para a classe trabalhadora. No entanto, é de suma importância defender a PEC que institui o fim da escala 6 X 1, esse é um debate que vem ganhando força na classe trabalhadora e tem a CUT na sua defesa intransigente.

- c) A construção de um país mais justo passa pelos direitos sociais que são garantidos pelos serviços públicos. Devemos deixar muito nítido ao governo federal que não vamos admitir nenhuma reforma administrativa que retire direitos do setor público e da sociedade brasileira.
- d) Sendo assim, a valorização dos servidores públicos deve ser uma agenda estratégica. A CUT deve intensificar sua luta pela garantia da negociação coletiva no setor público dos três poderes (Executivo, Legislativo e Judiciário) nas três esferas (federal, estadual e municipal). A ratificação da Convenção 151 da Organização Internacional do Trabalho (OIT), não pode ser mais adiada pelo governo Lula. Nós da CUT entendemos que esse pode ser um grande marco do governo federal em defesa da classe trabalhadora.

Comitês de Lutas e Brigadas Digitais na disputa de narrativa

96. Na perspectiva da defesa e fortalecimento da Democracia, a CUT dará continuidade à constituição e fortalecimento dos Comitês Sindicais articulados aos Comitês Populares, que se constituem em importantes espaços de organização, de participação popular e mobilização para ações coletivas sobre os variados temas de interesse da população. Podem atuar como um canal de comunicação entre a sociedade civil e o poder público na defesa de direitos, além de possibilitar espaços formativos propiciando reflexões e críticas às questões que afetam as condições de vida dos trabalhadores e trabalhadoras.

97. Nessa mesma direção, as Brigadas Digitais da CUT se apresentam como uma estratégia de formação, organização, comunicação e mobilização, para defender os direitos da classe trabalhadora, a Democracia e a soberania nacional no território digital, além de atuar e disputar a narrativa sobre o mundo do trabalho. É necessário ampliar a luta contra o ideário da extrema direita e seus ataques discriminatórios



contra mulheres, LGBTQIA+, negros e negras e imigrantes nas relações de trabalho, contra a violência doméstica, que se propaga de forma ampla nas redes sociais. É um instrumento de trabalho de base, de combate às *fake news*, que podem fazer o enfrentamento no território digital contra o avanço das forças antidemocráticas. Além de se constituir, também, como um espaço formativo para informações, diálogos e reflexões sobre a luta por direitos e os compromissos dos sindicatos, que atuam não somente na defesa dos direitos trabalhistas, mas de todos aqueles direitos que promovem a proteção social dos trabalhadores e trabalhadoras:

a) Nesse sentido, é necessário que nesta 17ª Plenária Nacional, possamos dar continuidade nessa tarefa de fortalecimento das Brigadas Digitais da CUT por meio da articulação entre as estratégias de formação, organização e comunicação da CUT e estabelecer que até o 15º CONCUT todas as entidades filiadas tenham pelo menos 1 (uma) Brigada Digital constituída e atuante para o fortalecimento da CUT e do campo democrático e popular no território digital, no combate a desinformação e na defesa dos direitos da classe trabalhadora.

Eixo 3 - Intervenção da CUT na Reconstrução do Desenvolvimento Econômico Sustentável e Combate à Desigualdade.

O desafio do desenvolvimento econômico ambientalmente sustentável frente à dominância do capital financeiro e da ascensão da extrema direita no mundo

98. “Teto dos Gastos”, Reforma Trabalhista, Reforma da Previdência, sucateamento do Estado, aprofundamento das privatizações e desmonte do Estado: as estruturas constitucionais constituídas a partir de 1988 como instrumentos de combate à desigualdade de renda e da pobreza foram sendo uma a uma, afetadas. Iniciado por Temer e continuado por Bolsonaro, este projeto de país sequestrou o orçamento público, entregou muitas políticas públicas à iniciativa privada, dificultou o acesso à segurança social e à previdência, precarizou as relações de trabalho e atingiu diretamente a organização e representação sindical. Todas essas mudanças, apoiadas pela grande mídia, empresariado e capital financeiro, teve como objetivo direto a destruição do conjunto de políticas públicas e instituições consolidadas



pela constituição de 1988 buscando aprofundar ao máximo a lógica neoliberal de redução do Estado.

99. Estas mudanças ocorrem em um contexto no qual a economia brasileira se via diante de uma encruzilhada, porque o modelo de inclusão social da primeira década do século XXI no governo Lula sofria esgotamento econômico, agudizado pelos impactos econômicos deletérios da operação “Lava Jato”, e colocava a necessidade de busca por um novo caminho. E este envolveria políticas que deveriam avançar sobre interesses estabelecidos do grande capital, já que necessariamente deveria englobar mudanças estruturais no país.

100. O desenvolvimento econômico vai além do crescimento econômico porque considera que um aumento do produto deve gerar distribuição dos ganhos na sociedade, na economia e estrutura produtiva, em uma estratégia de longo prazo no qual se constroem mudanças estruturais que permitem o mesmo ser sustentável e não fruto da conjuntura. O desenvolvimento econômico deve ser visto, acima de tudo, como a base material e econômica das Democracias.

101. O reconhecimento da Economia Solidária - baseada na autogestão, na solidariedade, na participação democrática e na sustentabilidade - como parte da alternativa estratégica para a promoção do desenvolvimento sustentável, da transição justa e da autonomia econômica da classe trabalhadora.

102. Neste sentido, não resta dúvida que uma nova estratégia para a economia brasileira envolveria atacar questões históricas e/ou que se destacavam cada vez mais: uma reforma tributária que estabelecesse justiça fiscal (ao taxar os mais ricos em detrimento dos mais pobres); uma revisão da política econômica do Plano Real, que mantém como “refém” uma economia viciada em juros altos, que travam o investimento; reversão da desindustrialização brasileira, fruto direto da política econômica e de uma completa ausência de proteção e estratégia articulada; a luta por um Estado que garanta financiamento adequado a todas as políticas públicas, o que significaria atacar diretamente a questão da dívida pública e os seus juros; combate à precarização do trabalho e das políticas de destruição da representação sindical na vida política do país e relação capital x trabalho; a elaboração de políticas



que nos preparem e coloquem em posição de liderança nos desafios da transição energética, mudança climática e Inteligência Artificial.

103. A construção de um modelo de desenvolvimento que seja justo do ponto de vista social, econômico e ambiental exige passarmos por uma etapa que podemos definir como transição justa na qual articula-se três dimensões fundamentais: modelos de desenvolvimento sustentável, transição energética e trabalho decente.

104. O desenvolvimento sustentável significa, antes de tudo, romper com um modelo econômico que se baseia apenas no extrativismo e no desmatamento, na produção de commodities agropecuárias e na exportação de energia - sejam combustíveis fosseis ou mesmo de fontes limpas e renováveis. O Estado deve induzir investimentos produtivos, promover a industrialização da economia, a valorização de conteúdos e produtores locais, além do fortalecimento da agricultura familiar - proporcionado, dessa forma, segurança e soberania alimentar. Trata-se de avançar rumo a economias com baixas emissões de carbono e alto conteúdo tecnológico - além de aumentar a renda média e reduzir as altas taxas de desigualdade. Além disso, a transição justa deve considerar o direito ao desenvolvimento sustentável do Sul Global - reduzindo as desigualdades regionais e a dívida dos países ricos em relação ao meio-ambiente e aos trabalhadores/as

105. Já a transição energética, é preciso lembrar - como aponta o último relatório do Painel Intergovernamental sobre Mudanças Climáticas da ONU (IPCC) - que o ritmo atual das ações globais para estabilizar a emissão de gases de efeito estufa na atmosfera ainda é assustadoramente insuficiente. Na nossa opinião, algumas questões são fundamentais: i) energia não é uma mera mercadoria, mas um direito humano. ii) é urgente erradicar a pobreza energética, universalizar os serviços públicos e garantir a energia como um bem comum. iii) devemos redistribuir e desconcentrar o sistema energético, além de reduzir a distância entre a geração e o consumo.

106. Em terceiro lugar, a promoção do trabalho decente e da organização sindical são aspectos constitutivos e centrais de uma transição justa efetivamente justa. A transição do atual modelo de produção com altos índices de emissão de carbono para uma economia de “baixo carbono” não podem ser feitos à custa de mais trabalho



informal e menos direitos sociais. Não haverá transição justa sem trabalho decente e diálogo social, além de respeito à Democracia e aos direitos humanos.

107. A Central Única dos Trabalhadores, defensora intransigente do desenvolvimento econômico sustentável produtiva e ambientalmente, sempre esteve presente na defesa das políticas que favoreceram a inclusão social nos primeiros governos do presidente Lula e da presidenta Dilma. Dentre estas podemos citar a participação em conselhos, conferências e espaços públicos, além da produção de subsídios como os voltados à indústria, crédito consignado, política de valorização do salário mínimo, aposentados (as), meio ambiente e relações de trabalho, que tiveram papel fundamental na redução da pobreza e inclusão social do período. Mas também nunca se furtou de apontar contradições e problemas inerentes ao modelo econômico do período, como em sua crítica permanente à política de juros altos, concessões à iniciativa privada de estruturas públicas, a ainda existente precarização do trabalho, a busca pela liberdade de organização e representação sindical, a destruição ambiental, a necessidade de reforma tributária, o combate à corrupção e ao mau uso do dinheiro público e que o Estado deveria servir incondicionalmente à população, e não somente ao capital financeiro. A elaboração de propostas, intervenção nos espaços públicos de debate e mobilização da sociedade em torno de suas propostas foi a marca da Central no período.

108. Porém, para que possamos trilhar o caminho do desenvolvimento econômico e ambiental sustentável para o país, é necessário avançar em temas nos quais a CUT tem debatido nos espaços públicos e na sociedade civil, de forma a legitimar não somente uma visão de mundo, mas também a própria Democracia brasileira, atacada diuturnamente. Dentre eles destacamos:

a) A defesa de uma reforma tributária que estabeleça a justiça fiscal: os mais ricos devem pagar mais impostos que os mais pobres, ao contrário do que ocorre hoje. O governo tem procurado mudar sua estrutura tributária de diversas formas, e esta seria uma mudança fundamental, tanto para aumentar o poder de compra da população mais pobre como para financiar políticas públicas de educação e segurança social (saúde, previdência, entre outros). Aqui também deve ser



observado o estabelecimento de contrapartidas sociais e de emprego dos incentivos fiscais, assim como sua avaliação;

- b) Por uma política de desenvolvimento agrícola que privilegie a produção voltada ao consumo da população, promovendo preços justos, soberania alimentar e alimentação saudável, a partir da agricultura familiar e da proteção ao solo;
- c) A luta por um projeto retomada da industrialização em torno do atendimento das necessidades da população, visando fortalecer indústrias estratégicas (Saúde, defesa, construção civil, transportes, entre outros), garantir soberania alimentar e de recursos naturais. A “Nova Indústria Brasil” não deixa de ser um espaço de destaque nesta atuação, no qual a CUT tem tido intervenções constantes;
- d) Uma política de meio ambiente que garanta soberania, uma indústria limpa e em ambientalmente sustentável, especialmente na Amazônia, ao mesmo tempo em que nos proporciona soberania e recursos para financiamento das políticas públicas prioritárias ao desenvolvimento econômico, como saúde, educação e investimentos públicos em áreas estratégicas. Este tema se torna estratégico diante da proximidade da COP 30 e da necessidade de uma “Transição Justa”;
- e) Sobre este último, para a Central a “Transição Justa” deve ser fruto de um amplo debate na sociedade, no qual a pauta ambiental deve ser um dos eixos principais da luta sindical. A “Transição Justa” deve ser voltada às pessoas, combinando sustentabilidade com justiça social. Além disso, deve se guiar pela defesa da geração de trabalho decente, com readaptação dos trabalhadores(as) às possíveis mudanças no perfil da ocupação; defesa de cláusulas em negociações coletivas que defendam os postos de trabalho, com especial atenção aos grupos mais vulneráveis como mulheres, negros, indígenas e juventude; por fim, deve ser um modelo de transição soberano e sem ser produto da imposição do grande capital e/ou outros países, e no qual o Estado brasileiro deve ter papel fundamental na garantia de direitos, financiamento das políticas e sua regulação.
- f) O fim da captura do orçamento público por interesses privados, de forma a reestruturar o financiamento das políticas públicas fundamentais ao desenvolvimento econômico, como seguridade social, da valorização do salário



mínimo, educação, saúde e investimentos públicos. O fim do “Teto de Gastos” foi importante, mas é necessário avançar mais;

- g) Uma política educacional alinhada a uma visão multicultural e humanística (em contraposição a uma visão meramente instrumental), mas que ao mesmo tempo garanta domínio sobre as áreas dinâmicas do presente, como Inteligência Artificial. Sobre esta última, destaque-se também a necessidade de que sua regulação seja voltada a uma visão de complementariedade ao trabalhador (e não de substituição), preservação da soberania do país, possibilidade de revisão humana e a privacidade dos dados;
- h) Combate intransigente à precarização do trabalho e defesa da ampliação da negociação coletiva, este como espaço de liberdade de organização e representação sindical, tanto no setor privado como público;
- i) Luta por uma mudança efetiva na política econômica, que privilegie o emprego e a produção em detrimento da especulação e do seu loteamento em torno de interesses privados;
- j) Por uma política de comércio e relações externas que seja soberana e coloque os interesses do país em primeiro lugar: esta temática se torna crítica, diante da retomada ao poder de Donald Trump nos EUA, o crescimento do protecionismo econômico, da xenofobia e da perda de poder das instituições multilaterais.

109. Não resta dúvida que se trata de um conjunto relevante de temas com múltiplos impactos no país. E a luta pela busca da consolidação do desenvolvimento econômico passa não somente pelos desafios de conflitar interesses internos contrários, mas principalmente de se ver frente a uma ascensão da extrema direita no mundo. Esta se aproveita dos fracassos de planos econômicos pelo mundo que buscaram compatibilizar crescimento com financismo para avançar sobre uma população que vive pior, ganha menos e tem menos acesso à serviços públicos e possibilidades de ascensão social que os seus pais; esta extrema direita atua como uma rede global, financiada pelos grandes capitais e tem completo desprezo pelo desenvolvimento e, por consequência, pela Democracia.



110. Dessa forma, a busca pela retomada do desenvolvimento social e econômico sustentável no Brasil passa também por vencer uma guerra de narrativas em nossa Democracia que, a despeito da vitória de 2022, ainda nos impede de mobilizar adequadamente a sociedade em torno de um projeto de avanços econômicos, produtivos e ambientais com justiça social. Passa por mobilizar a sociedade em torno de uma esperança de que isso seja possível e viável pela via popular e democrática.



PLANO DE LUTAS

111. Eixo 1 - Fortalecimento do sindicalismo cutista. Valorização da negociação coletiva e atualização da organização sindical.

- a) Implementar o Plano de Transição contendo os objetivos a serem alcançados até o 15º CONCUT para avançar atualização da organização sindical, da valorização da negociação coletiva e da regulamentação da Convenção 151 da OIT.
- b) Transformar a 17ª Plenária Nacional da CUT em um intenso processo de mobilização e de trabalho de base buscando fortalecer o sindicalismo cutista e avançar na capacidade de representação e organização da classe trabalhadora.
- c) Desenvolver Campanha Permanente de sustentabilidade política e financeira buscando fortalecer o papel histórico da CUT na condução das lutas estratégicas em defesa da classe trabalhadora e do povo brasileiro.
- d) Desenvolver ações estratégicas de trabalho de base no campo da formação, da organização, da comunicação e mobilização popular e sindical para ampliar o diálogo com a sociedade em defesa das pautas da classe trabalhadora e reforçar a importância dos sindicatos.
- e) Ampliar a luta pela regulação do trabalho mediado por aplicativos e avançar na organização da categoria.
- f) Promover ação no território com o objetivo de mobilizar setores precarizados da classe trabalhadora e de integrá-los à base de representação sindical.
- g) Reforçar de forma permanente a Campanha Nacional “Trabalhar Menos, Trabalhar Todos” pela redução da jornada de trabalho sem redução de salário e em apoio à PEC da Redução da Jornada de Trabalho.
- h) Fortalecer junto aos Ramos a realização das Campanhas Salariais de forma nacionalmente articulada buscando avançar na conquista de direitos, na recomposição dos salários e no fortalecimento da negociação coletiva.



- i) Realizar ações de formação, comunicação e mobilização nacional e locais, nas redes e nas ruas pela revogação das reformas que retiraram direitos da classe trabalhadora como reforma trabalhista, reforma da previdência e lei da terceirização.
- j) Retomar de forma permanente a atuação da CUT nos territórios por meio das ações CUT na Comunidade, Brigadas Digitais e Comitês de Luta, buscando enraizar a Central nos espaços populares e avançar na organização de trabalhadores e trabalhadoras.

112. Eixo 2 - Protagonismo da CUT na Reconstrução e Transformação do Brasil, da Democracia, dos Direitos e da Soberania.

- a) Ampliar as ações de formação, organização, comunicação e mobilização para combater o avanço da extrema-direita, combater os discursos de ódio e para defender a Democracia em todos os espaços da sociedade e em conjunto com movimentos populares e sociais.
- b) Reforçar a atuação da CUT nos espaços de participação de popular como Conferências de Políticas Públicas, Conselhos de Políticas Públicas, Mesas Tripartites, dentre outros espaços, como forma de avançar na democratização e implementação das políticas públicas, na garantia de direitos e na luta por direitos humanos.
- c) Ampliar e fortalecer a luta contra as privatizações, em defesa do patrimônio público e da soberania nacional.
- d) Reforçar a atuação da CUT no acompanhamento das pautas de interesse da classe trabalhadora no poder Executivo, Legislativo e Judiciário.
- e) Realizar um mutirão de formação, organização, comunicação e mobilização das Brigadas Digitais e dos Comitês de Luta para ampliar o diálogo da CUT com a sociedade e realização de ações de solidariedade com trabalhadores e trabalhadoras dos territórios.
- f) Construir de forma ampla e coletiva a Plataforma da Classe Trabalhadora 2026 para apresentar à sociedade brasileira o projeto de país defendido pela CUT e



buscando dialogar com o povo brasileiro sobre a importância do processo eleitoral e seus impactos para a vida de cada cidadão e cidadã.

- g) Organizar candidaturas de trabalhadoras e trabalhadores para disputar os espaços do Executivo e Legislativo nas eleições 2026 tendo como principal objetivo a defesa da classe trabalhadora e utilizando a Plataforma da Classe Trabalhadora 2026 como principal plataforma política.

113. Eixo 3 - Intervenção da CUT na reconstrução do desenvolvimento econômico sustentável e combate à desigualdade.

- a) Avançar na construção de uma Política Nacional de Transição Justa buscando fortalecer a luta por trabalho decente, empregos dignos e justiça climática como parte do processo de desenvolvimento sustentável com inclusão.
- b) Avançar na proposta de industrialização integrada com a concepção de desenvolvimento sustentável e de soberania nacional defendidas pela CUT.
- c) Reforçar a luta pela terra, pela agricultura familiar e por soberania e segurança alimentar, considerando a articulação dessas demandas com a economia solidária, enquanto estratégia de fortalecimento das cadeias produtivas locais e promoção da justiça social no campo.
- d) Reforçar a luta e defesa dos biomas, das águas e das florestas como parte da estratégia de defesa da vida, do povo brasileiro e da soberania nacional.
- e) Avançar na reflexão e na elaboração de novas perspectivas para lidar com as transformações globais e econômicas enfrentadas atualmente e buscar novas formas de produção econômica e solidária.
- f) Retomar de forma permanente a Campanha da CUT pela Reforma Tributária - Por um Brasil com Justiça Social e Igualdade, desenvolvendo um conjunto de ações de formação, mobilização e comunicação explicando a importância da reforma tributária para os trabalhadores e trabalhadoras, em especial, em defesa da aprovação do projeto de isenção do imposto de renda para quem ganha até R\$5.000,00 (cinco mil reais) por mês.



- g) Participar ativamente do Plebiscito Popular pela Redução da Jornada de Trabalho Sem Redução de Salário e por Justiça Tributária, em conjunto com as Frentes Brasil Popular e Povo Sem Medo.
- h) Participar ativamente da COP 30 (10 a 21 de novembro de 2025, em Belém/Pará) transformando essa oportunidade em espaço para massificação do debate sobre trabalho, meio ambiente e transição justa.
- i) Reforçar a Campanha Permanente da CUT #MenosJurosMaisEmpregos pela redução da taxa de juros e pelo fim da autonomia do Banco Central.
- j) Avançar nas ações voltadas para a defesa dos direitos e de trabalho decente diante da transição tecnológica das mudanças provocadas nas relações de trabalho.
- k) Avançar na construção da política nacional de transição justa reforçando o compromisso com uma transição energética que reduza o uso de combustíveis fósseis na matriz energética e enfrentar de maneira integral os impactos ambientais, sociais, econômicos e culturais resultantes dessa transição.

Leia o texto.

**Debata no seu local de trabalho
e no sindicato.**

Faça propostas.

Participe!



DIREÇÃO EXECUTIVA NACIONAL - GESTÃO 2023/2027

Presidente

Sergio Nobre

Vice-Presidenta

Juvandia Moreira

Secretário-Geral

Renato Zulato

Secretário-Geral Adjunto

Aristides Santos

Secretário de Administração e Finanças

Ariovaldo de Camargo

Secretária-Adjunto de Administração e Finanças

Maria Josana de Lima Oliveira

Secretário de Relações Internacionais

Antônio de Lisboa Amâncio Vale

Secretário-Adjunto de Relações Internacionais

Quintino Marques Severo

Secretário de Assuntos Jurídicos

Valeir Ertle

Secretária de Comunicação

Maria Aparecida Faria

Secretário-Adjunto de Comunicação

Tadeu de Brito Oliveira Porto

Secretário de Cultura

José Celestino Lourenço

Secretário-Adjunto de Cultura

José de Ribamar Barroso

Secretária de Formação

Rosane Bertotti

Secretária-Adjunta de Formação

Sueli Veiga de Melo

Secretaria de Juventude

Cristiana Paiva Gomes

Secretário de Relações de Trabalho

Sergio Ricardo Antiqueira

Secretário-Adjunto de Relações de Trabalho

Pedro Armengol

Secretária da Mulher Trabalhadora

Amanda Gomes Corcino

Secretária de Saúde do Trabalhador

Josivania Ribeiro Cruz Souza

Secretária-Adjunta de Saúde do Trabalhador

Elida Rachel Miranda Sousa

Secretário de Meio Ambiente

Daniel Gaio

Secretária de Mobilização e Relação com os Movimentos Sociais

Rosalina do Socorro Ferreira Amorim

Secretário Adjunto de Mobilização e Relação com os Movimentos Sociais

Milton dos Santos Rezende (Miltinho)

**Secretaria de Políticas Sociais****e Direitos Humanos**

Jandyra Uehara

Secretaria de Combate ao Racismo

Maria Julia Reis Nogueira

**Secretaria-Adjunta
de Combate ao Racismo**

Nadilene Nascimento de Sales

**Secretaria de Organização
e Política Sindical**

Maria das Graças Costa

**Secretário-Adjunto de Organização
e Política Sindical**

Eduardo Guterra

Secretário LGBTQIA+

Walmir Siqueira

**Secretário das Pessoas Aposentadas,
Pensionistas e Idosas**

Ari Aloraldo Nascimento

Secretário da Economia Solidária

Admirson Medeiros Ferro Jr (Greg)

Secretário de Transportes e Logística

Wagner Menezes (Marron)

Direção Executiva

Aline Marques Borges Alves

Antonio Luiz Fermino

Cláudio da Silva Gomes

Maria Eduarda Quiroga P. Fernandes

(Duda)

Esteliano Pereira Gomes Neto

Francisca Trajano dos Santos

Geralda Godinho de Sales

Ismael Jose Cesar

Ivonete Alves

Janeslei Albuquerque

Juliana Salles de Carvalho

Mara Feltes

Marcelo Rodrigues

Elzilene do Nascimento Pereira

Neiva Maria Ribeiro dos Santos

Rene Marcos Munaro

Sidineiva Gonçalves de Lima



Rua Caetano Pinto, 575
Brás • São Paulo-SP
CEP 03041-000
Fone: (11) 2108-9200
Fax: (011) 2108-9310

CUT.ORG.BR

@CUT_Brasil /cutbrasil /cutbrasil /cutbrasil

/cutbrasil cut_brasil